

**LEI COMPLEMENTAR Nº 302**, de 24 de junho de 2015.

**"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PREVISTO NO ART. 59 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006".**

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

- Art. 1º- A presente Lei Complementar tem por finalidade regulamentar e estabelecer critérios para aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhaça (EIV), nos termos estabelecidos no § 2º do art. 182 da Constituição Federal, nos arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e no art. 59 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006.
- Art. 2º- Os seguintes instrumentos da política urbana deverão ser aplicados no município de Rio do Sul:  
I - Estudo de Impacto de Vizinhaça (EIV);  
II - Relatório de Impacto de Vizinhaça (RIV).
- Art. 3º- O Estudo de Impacto de Vizinhaça e o Relatório de Impacto de Vizinhaça serão exigidos:  
I - na implantação de empreendimento que tenham as características:  
a) uso residencial multifamiliar quando possuir mais de 40 unidades autônomas ou utilizar a ferramenta outorga onerosa do direito de construir;  
b) parcelamento de solo mediante condomínio fechado acima de 10 lotes ou loteamento independente da área e quantidade de lotes parcelados;  
c) autódromos, kartódromos, hipódromos ou motódromos ao ar livre ou fechado;  
d) ginásios esportivos ou estádios;  
e) comércio e serviço de médio e grande porte, acima de 500,00m<sup>2</sup> como: galpões, depósitos, armazéns, entrepostos, garagens de veículos, transportes de cargas coletivos e taxis ou transportadoras com área de estocagem a céu aberto ou construído;  
f) uso hoteleiro;  
g) terminais rodoviários urbanos ou interurbanos, metroviários, hidroviários, ferroviários e aeroviários;  
h) estacionamento rotativo acima de 100 vagas;  
i) estabelecimentos relacionados à saúde e estabelecimentos de uso veterinário, vigilância epidemiológica e centro de zoonoses com área construída igual ou superior a 2.500,00m<sup>2</sup>;

- j) casas de espetáculo, boates, danceterias e congêneres, bares, pubs, centros de eventos e similares, casas de reunião de público;
- k) clubes de lazer com área de terreno igual ou superior a 2.500,00m<sup>2</sup>;
- l) teatro ou cinema;
- m) centros de convenções e pavilhões de feiras e eventos;
- n) parque de lazer ou diversões não itinerantes com área de terreno igual ou superior a 20.000,00m<sup>2</sup>;
- o) estabelecimentos de uso educacional;
- p) igrejas e templos religiosos;
- q) cemitérios e crematórios;
- r) indústria acima de 2.500,00m<sup>2</sup> de área construída independente do nível de degradação ambiental, e indústria de qualquer porte definidas com alto nível potencialmente causador de degradação ambiental de impacto local definida pela Resolução do CONSEMA;
- s) qualquer empreendimento destinado à atividade de geração de energia;
- t) obras de túneis, viadutos, vias expressas e/ou arteriais, rodoviárias, metroviárias e ferroviárias;
- u) aterros sanitários, estações de tratamento de água e esgoto e atividade de reciclagem;
- v) presídios;
- w) postos de combustíveis;
- x) terraplanagens acima de 500,00m<sup>3</sup>;
- y) clubes de caça e tiro e sociedades esportivas independente da área construída.

II - nas reformas com ampliação:

- a) de empreendimentos que na implantação elaboraram o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), desde que esta reforma represente 25% (vinte e cinco por cento) ou mais da obra originalmente aprovada;
- b) de empreendimentos que na implantação não tenham elaborado o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), mas que com a área de ampliação atinjam as características determinadas no inciso I.

§ 1º- Poderá ser exigido o Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança, pelo órgão municipal competente, em qualquer empreendimento, independente dos requisitos determinados neste artigo, sempre que na análise prévia este seja considerado causador de impacto substancial na área de vizinhança.

§ 2º- O Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança serão solicitados ao empreendedor na análise do projeto.

Art. 4º- Entende-se como:

- I - área de vizinhança: imediações num raio de 1.000,00m do local onde se propõe a instalação, construção ou ampliação do empreendimento.
- II - população residente: pessoas que residem num raio de 1.000,00m do entorno do empreendimento;

- III - população usuária: pessoas que transitam ou fazem uso daquele entorno do empreendimento para trabalho, compras, lazer, estudo;
- IV - medidas compensatórias: aquelas destinadas a compensar impactos irreversíveis e que não podem ser evitados;
- V - medidas mitigadoras: aquelas destinadas a prevenir, reduzir ou evitar impactos adversos do empreendimento sobre sua área de influência;
- VI - medidas compatibilizadoras: aquelas destinadas a harmonizar e/ou conformar o empreendimento com sua área de vizinhança;
- VII - empreendedor: pessoa física ou jurídica responsável pela obra a ser construída.

§ 1º- Poderão ser solicitadas para mitigar, compensar ou compatibilizar os impactos a serem gerados pelo empreendimento, entre outras, a execução de melhorias na infraestrutura urbana, tais como:

- I - ampliação da rede de água, esgoto, iluminação pública, drenagem pluvial e pavimentação no entorno da área do empreendimento;
- II - ampliação e adequação da estrutura viária, sinalização, mobiliário urbano, equipamentos urbanos e comunitários, etc., na área do empreendimento;
- III - implantação ou reurbanização de praça ou área de lazer, em imóvel público, no bairro do empreendimento.

§ 2º- As medidas compensatórias, mitigadoras e/ou compatibilizadoras devem pautar-se:

- I - nos aspectos paisagísticos;
- II - na rede de equipamentos urbanos da cidade como os serviços públicos de educação, cultura, esporte e lazer, saúde, assistência social, rede de esgoto, abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo, águas pluviais, rede telefônica, gás canalizado, etc.;
- III - no sistema viário.

Art. 5º- Sobre a análise e aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança:

- I - O Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança será analisado pela Comissão Permanente do Plano Diretor, seguido da aprovação que será feita em apresentação de banca;
- II - Não será expedido o Alvará de Construção ou de Terraplanagem sem a assinatura do Termo de Ajuste de Conduta das medidas compensatórias para aprovação do projeto;
- III - O Estudo de Impacto de Vizinhança deve analisar as diferenças entre as condições existentes antes e depois da implantação ou ampliação do empreendimento;
- IV - O Estudo de Impacto de Vizinhança não dispensa nem substitui o Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Art. 6º- Compete à Comissão Permanente do Plano Diretor:

I - analisar o Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança;

II - emitir, a partir do protocolo com prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a deliberação contendo a aceitação ou não do Estudo Prévio, de acordo com o Termo de Referência, propondo, se necessário, alterações e ajustes para melhor análise dos impactos que possam advir do empreendimento;

III - emitir, após a entrega do Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, parecer encaminhando o Estudo de Impacto de Vizinhança para apreciação do Conselho Municipal do Plano Diretor que terá prazo igual para apreciação e parecer, encaminhando posteriormente à Comissão Permanente do Plano Diretor para agendamento da banca de aprovação.

Parágrafo único - A Comissão Permanente do Plano Diretor poderá exigir esclarecimentos e complementações das informações prestadas, caso em que, ficará suspenso o prazo determinado no inciso III, até a entrega, pelo empreendedor, das informações adicionais solicitadas.

Art. 7º- Após a Comissão Permanente do Plano Diretor emitir o parecer de aprovação o empreendedor será informado do dia, hora e local da banca de aprovação, devendo:

I - recolher aos cofres públicos o valor referente à publicação de Edital, para que a Administração Pública Municipal, conforme estabelece a legislação, faça a referida publicação em jornal de grande circulação;

II - fornecer versão digital do Estudo do Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança com vistas à sua disponibilização na página eletrônica oficial do Município, protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul;

III - instalar placa informativa no local do empreendimento, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da realização da banca de aprovação, com dimensão mínima de 2m<sup>2</sup> (dois metros quadrados), com as seguintes informações:

a) atividade principal;

b) área construída;

c) data, local e hora da banca de aprovação.

Parágrafo único - Todas as despesas relativas à Banca de Aprovação correrão por conta do empreendedor.

Art. 8º- Após a banca os documentos deverão ser encaminhados à Comissão Permanente do Plano Diretor para nova análise e complementação do parecer, se necessário, a partir das contribuições da sociedade.

Art. 9º- O Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança deverá ser arquivado definitivamente na hipótese do empreendedor não prestar esclarecimentos ou deixar de atender a qualquer das solicitações, num prazo igual a noventa dias corridos, a contar do despacho da Comissão Permanente do Plano Diretor.

Parágrafo único - O parecer deverá ser remetido ao Conselho do Plano Diretor para apreciação.

Art. 10- Após a aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança e assinatura do Termo de Ajuste de Conduta, a Comissão Permanente do Plano Diretor deverá emitir parecer favorável à liberação do empreendimento, sendo que a emissão do Alvará de Construção/Funcionamento ficará condicionada à aprovação das demais exigências da Lei Complementar nº 163/2006.

§ 1º- O Termo de Ajuste de Conduta é o documento em que o empreendedor se compromete em arcar com a execução de melhorias e intervenções necessárias para eliminar, minimizar ou compensar os impactos negativos do empreendimento ou atividade.

§ 2º- O Termo de Ajuste de Conduta deverá estar, durante o tempo de implantação do empreendimento, na obra junto com o Alvará de Construção.

Art. 11- O Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança deverão ser elaborados por profissional qualificado na área de urbanismo ou equipe multidisciplinar, com a participação de pelo menos um urbanista, devidamente habilitado, e deverá ser acompanhado de Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica.

Art. 12- A banca será regulamentada através de Decreto emitido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 13- O Habite-se somente poderá ser emitido mediante comprovação do cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta, que deverá ser certificado pela Comissão Permanente do Plano Diretor.

Art. 14- Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
24 de junho de 2015.

**GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO**  
Prefeito de Rio do Sul